26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ISSN 2177-3688

GT 12 – Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades

PRÁTICAS INFORMACIONAIS, CONTROLE E VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES AFETIVAS MEDIADAS POR TECNOLOGIAS

INFORMATION PRACTICES, CONTROL AND GENDER-BASED VIOLENCE: *AN ANALYSIS OF TECHNOLOGY-MEDIATED INTIMATE RELATIONSHIPS*

Patrícia dos Santos Costa – Universidade Federal do Rio de Janeiro /(UFRJ)
Dean Pereira de Melo – Universidade Federal de Minas Gerais /(UFMG)
Benildes C. M. S. Maculan – Universidade Federal de Minas Gerais /(UFMG)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Este estudo analisa como informações produzidas em ambientes digitais são apropriadas em práticas de monitoramento e controle em contextos de violência contra a mulher, tomando como referencial os conceitos de mediação, práticas informacionais e regime de informação no âmbito da Ciência da Informação. Adotou-se abordagem qualitativa, de caráter exploratório e delineamento documental, com Análise de Conteúdo para descrição, categorização e interpretação do corpus. Foram recuperadas 34 notícias publicadas entre 2022 e 2026 em veículos jornalísticos brasileiros, a partir das quais foram selecionados 10 casos que atenderam aos critérios de inclusão e constituíram as unidades de análise. A análise identificou dispositivos tecnológicos, registros informacionais e práticas informacionais associadas ao monitoramento e ao controle em relações afetivas marcadas por violência. Os resultados indicam a recorrência de registros audiovisuais produzidos ou acessados por meio de câmeras, além da apropriação de informações sobre localização, mensagens, interações e históricos de navegação em práticas de monitoramento e controle. O estudo evidencia a dimensão informacional dessas práticas, deslocando o foco dos dispositivos tecnológicos em si para os processos de produção, registro, acesso, apropriação e uso da informação em contextos de violência contra a mulher.
Palavras-chave: práticas informacionais; violência contra a mulher; monitoramento digital; controle; vigilância digital.

Abstract: This study analyzes how information produced in digital environments is appropriated in monitoring and control practices in contexts of violence against women, drawing on the concepts of mediation, information practices, and information regime within the field of Information Science. A qualitative, exploratory, and documentary approach was adopted, using Content Analysis to describe, categorize, and interpret the corpus. Thirty-four news articles published between 2022 and 2026 in Brazilian journalistic outlets were retrieved, from which 10 cases meeting the inclusion criteria were selected as the units of analysis. The analysis identified technological devices, information records, and information practices associated with monitoring and control in intimate relationships marked by violence. The results indicate the recurrence of audiovisual records produced or accessed through cameras, as well as the appropriation of information about location, messages, interactions, and browsing histories in monitoring and control practices. The study highlights the informational dimension of these practices, shifting the focus from technological devices themselves to the processes of information production, recording, access, appropriation, and use in contexts of violence against women.
Keywords: information practices; violence against women; digital monitoring; control; digital surveillance.

1 INTRODUÇÃO

A partir do crescente uso da *internet* nas últimas décadas, especialmente a partir da chamada web 2.0 e a expansão dos suportes informacionais mediados por tecnologias digitais em plataformas e redes sociais, observa-se que os ambientes virtuais se tornaram espaços de socialização, compartilhamento de informações, pertencimento e construção de relações e vínculos sociais (Ferreira, 2015). Esses ambientes materializam uma “desterritorização contínua do real, que afeta a maneira como lidamos com o tempo” (Flach; Deslandes, 2019, p. 2). Nesse contexto, as informações produzidas e compartilhadas nos ambientes digitais passaram a integrar a dinâmica das relações sociais e afetivas, influenciando formas de interação, acompanhamento e controle que extrapolam os limites do espaço virtual.

A incorporação de dispositivos digitais às relações cotidianas aumentou as possibilidades de registro, circulação, compartilhamento e monitoramento de informações pessoais. Em relações afetivas, esses recursos podem ser utilizados para acompanhar deslocamentos, interações, comunicações e outras atividades desenvolvidas em ambientes digitais, tornando essas informações parte das dinâmicas relacionais.

A literatura que investiga violência em relações afetivas mediadas por tecnologias tem discutido que práticas de vigilância e monitoramento podem refletir relações assimétricas de poder entre parceiros (Cavalcanti; Coutinho, 2019). No âmbito dos estudos de gênero, parte dessa literatura interpreta tais práticas como manifestações de desigualdades historicamente

construídas entre homens e mulheres (Flach; Deslandes, 2019). As autoras argumentam que relações de desigualdade de poder em relacionamentos íntimos podem ser interpretadas a partir da dicotomia entre "cuidado" e "controle", mostrando que práticas inicialmente percebidas como demonstrações de preocupação podem assumir funções de vigilância e controle sobre o(a) parceiro(a). Elas observam, contudo, que tais práticas nem sempre são apresentadas de forma explicitamente sexista, uma vez que os discursos analisados se dirigiam tanto a homens quanto a mulheres controladores.

Conforme observa Lipovetsky (2000), as últimas décadas promoveram transformações profundas na condição feminina, alterando significativamente as relações de trabalho, a organização familiar e os vínculos afetivos. Nesse cenário, a crescente integração entre tecnologias digitais e relações interpessoais ampliou as possibilidades de produção, circulação e apropriação de informações pessoais, que podem ser utilizadas tanto para comunicação quanto para monitoramento e controle em relações marcadas por violência.

Sob essa perspectiva, torna-se relevante compreender como informações produzidas e compartilhadas no cotidiano digital podem ser apropriadas como instrumentos de monitoramento e controle. Embora dispositivos tecnológicos sejam amplamente utilizados para comunicação e interação social, a literatura aponta que esses mesmos recursos também podem ser empregados para acompanhar deslocamentos, acessar comunicações, monitorar rotinas e coletar informações sobre a vida privada de mulheres, evidenciando a dimensão informacional das práticas de vigilância.

Assim, o problema investigado reside tanto no uso de dispositivos tecnológicos quanto na forma como informações produzidas, compartilhadas e recuperadas em ambientes digitais são apropriadas como instrumentos de monitoramento e controle em relações marcadas por violência. Diante desse cenário, este estudo tem como objetivo analisar de que maneira mecanismos de vigilância e monitoramento mediados por dispositivos tecnológicos são apropriados como práticas informacionais de controle em casos de violência contra a mulher. Para tanto, busca responder às seguintes questões de pesquisa: (1) quais mecanismos tecnológicos de monitoramento são identificados nos casos analisados?; (2) de que forma as informações produzidas no cotidiano digital são apropriadas como instrumentos de monitoramento e controle?; e (3) quais práticas informacionais relacionadas ao monitoramento e ao controle são identificadas nesses casos e como se articulam às dinâmicas de violência

observadas? Sob essa perspectiva, o campo da Ciência da Informação (CI) oferece aportes teórico-metodológicos para compreender como a produção, a circulação, a apropriação e o uso da informação participam da constituição dessas práticas, evidenciando as relações entre informação, mediação e poder em ambientes digitais.

O artigo está estruturado em cinco seções, incluindo esta introdução. A segunda seção apresenta o referencial teórico, articulando mediação, práticas informacionais, regime de informação e estudos sobre monitoramento e violência em relações afetivas mediadas por tecnologias. A terceira descreve os procedimentos metodológicos adotados para a constituição e análise do *corpus*. A quarta apresenta e discute os resultados em três níveis de análise: descritivo, analítico-crítico e interpretativo, e a quinta reúne as considerações finais, limitações e perspectivas para pesquisas futuras.

2 PRÁTICAS INFORMACIONAIS, REGIME DE INFORMAÇÃO E MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA

A expansão das tecnologias digitais transformou profundamente os processos de produção, circulação, registro e apropriação da informação, ampliando as formas de interação entre sujeitos e dispositivos tecnológicos. Nesse contexto, a mediação da informação deixa de ocorrer apenas entre indivíduos e sistemas de informação, passando a envolver também os registros produzidos continuamente em plataformas digitais, aplicativos e dispositivos móveis.

Nesse contexto, Martins (2021) pondera que na mediação tecnológica ocorre a:

> [...] ampliação das possibilidades de se produzir, consumir e compartilhar informação pelos usos dos dispositivos móveis, aliada ao fenômeno da convergência tecnológica, da algoritmização e da composição inédita de um gigantesco volume de dados a partir dos quais é possível induzir o comportamento dos indivíduos, marca o tempo histórico do sujeito neoliberal (Martins, 2021, p. 289).

A literatura sobre violência digital em relações afetivas tem concentrado sua atenção nas interações mediadas por dispositivos móveis, aplicativos de mensagens e redes sociais. Estudos empíricos (Borrajo; Gámez-Guadix; Calvete, 2015; Lucero *et al*., 2014) mostram que grande parte das práticas de monitoramento ocorre por meio de serviços de mensagens instantâneas, plataformas de relacionamento social e compartilhamento de senhas. Borrajo, Gámez-Guadix e Calvete (2015), por exemplo, verificaram que mais de 50% dos casos ocorreram por serviços de mensagens, cerca de 40% por redes sociais e aproximadamente 7% por *e-mail*. De forma semelhante, Lucero *et al*. (2014) identificaram que o monitoramento de parceiros

adolescentes ocorre principalmente por meio de redes sociais, mensagens e compartilhamento de senhas.

No plano internacional, práticas de monitoramento e controle (PMC) em relações íntimas têm sido discutidas a partir de conceitos como *intimate surveillance* e *Digital Intimate Partner Violence* (DIPV). Levy (2015) utiliza o conceito de *intimate surveillance* para caracterizar formas de vigilância que se desenvolvem no interior das relações íntimas, mediante tecnologias capazes de produzir e reunir informações sobre comportamentos, atividades e interações dos sujeitos. A DIPV, por sua vez, compreende o uso de tecnologias digitais para perpetrar formas de violência e abuso contra parceiros ou ex-parceiros, incluindo práticas de monitoramento, controle, perseguição e outras modalidades de violência mediadas tecnologicamente (Hearn *et al.*, 2023). Esses conceitos evidenciam a crescente incorporação de tecnologias digitais às práticas de vigilância, controle e violência nas relações íntimas. Sob uma perspectiva informacional, essas práticas envolvem tanto o emprego de tecnologias quanto a produção, o registro e a apropriação de informações sobre os sujeitos e suas atividades.

Frohmann (2004) argumenta que a informação não produz efeitos sociais por si mesma, mas a partir das práticas nas quais é mobilizada. Desse modo, mensagens, registros de localização, fotografias, vídeos, históricos de navegação e outros rastros digitais somente adquirem significado informacional quando apropriados em contextos sociais específicos. Assim, sua utilização como instrumentos de vigilância ou controle decorre menos da tecnologia em si do que das práticas sociais que lhes atribuem essa função.

Nunes (2014) compreende as práticas informacionais como um processo no qual o sujeito é o protagonista das ações de uso e apropriação da informação, construindo para si e para os outros, os significados atribuídos à informação. Assim, as práticas informacionais desenvolvem-se no campo cultural dos atores sociais e possuem natureza eminentemente social.

De acordo com Araújo (2017), as práticas informacionais constituem um movimento contínuo de apreensão das disposições sociais e coletivas — compreendidas como os significados socialmente compartilhados acerca da informação, das necessidades informacionais e das fontes consideradas confiáveis —, articuladas às experiências individuais de interação com a informação. Esse processo envolve aceitação, negociação e contestação de normas e evidencia a constituição dialética entre as dimensões coletiva e individual.

Conforme sintetiza Araújo (2017), a abordagem das práticas informacionais desloca a análise da relação entre sujeitos e informação para sua constituição em contextos sociais concretos, considerando tanto as disposições socialmente compartilhadas quanto as experiências dos sujeitos. Nessa perspectiva, a produção, o uso e a apropriação da informação não são compreendidos como ações isoladas, mas como processos que adquirem significado nas práticas e nos contextos em que se realizam.

Diante do exposto, as práticas informacionais consolidaram-se como uma alternativa crítica aos estudos de comportamento informacional no campo da CI, ao compreenderem a informação como resultante das interações entre sujeitos, contextos sociais, valores culturais e processos de apropriação. De acordo com Oliveira e Fujita (2024), as práticas informacionais estão relacionadas aos estoques individuais de conhecimento mobilizados na vida cotidiana, por meio dos quais os sujeitos procuram, utilizam, compartilham e transformam informações para responder às demandas concretas de seu contexto social.

A articulação entre práticas informacionais e regime de informação é explorada por Berti (2018), que compreende as práticas informacionais a partir da interação entre sujeitos, dispositivos e recursos informacionais, envolvendo processos de produção, apropriação e reflexão da informação. Nessa perspectiva, a confluência entre sujeitos, ambiente tecnológico, práticas e recursos participa da conformação dos fenômenos informacionais.

Essa articulação remete ao conceito de regime de informação proposto por González de Gómez (2012), entendido como o modo informacional dominante de uma determinada formação social, no qual são definidos os sujeitos, as organizações, as regras, as autoridades informacionais, os meios e os recursos preferenciais de informação, bem como os padrões que orientam sua produção, circulação, organização e uso. Nessa perspectiva, a informação integra um conjunto de relações sociais, culturais, políticas e tecnológicas que estruturam sua produção, apropriação e circulação, evidenciando as relações de poder que permeiam esses processos.

Essa perspectiva é complementada por González de Gómez (2002), ao destacar que as políticas informacionais não se manifestam apenas em normas explícitas, mas também em micropolíticas inscritas no design e nas formas de operação das infraestruturas de informação. Assim, os dispositivos tecnológicos não constituem elementos neutros, pois incorporam escolhas organizacionais e informacionais que orientam possibilidades de registro,

compartilhamento, armazenamento, recuperação e circulação da informação. Funcionalidades como compartilhamento de localização, armazenamento de mensagens, registros fotográficos e históricos de navegação deixam, portanto, de representar apenas recursos técnicos, passando a compor práticas informacionais que podem ser apropriadas para diferentes finalidades, inclusive monitoramento e controle.

Sob essa perspectiva, este estudo compreende que o interesse analítico não reside nos dispositivos tecnológicos em si, mas na forma como informações produzidas, registradas, compartilhadas e recuperadas em ambientes digitais são apropriadas como instrumentos de monitoramento e controle em relações afetivas marcadas por violência.

À luz dos conceitos de práticas informacionais e de regime de informação, este estudo parte do entendimento de que informações produzidas, registradas e compartilhadas em ambientes digitais podem ser apropriadas em diferentes práticas sociais. Em relações afetivas marcadas por violência, essa apropriação pode assumir funções de monitoramento e controle, evidenciando como informação e poder se articulam em contextos específicos. A análise desenvolvida neste estudo busca compreender empiricamente como essas práticas se manifestam nos casos investigados.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa adotou abordagem qualitativa, caráter exploratório e delineamento documental. O *corpus* foi constituído por notícias jornalísticas digitais que descreviam práticas informacionais associadas ao monitoramento e ao controle de mulheres em relações afetivas. Os documentos foram compreendidos como representações jornalísticas situadas dos casos noticiados, e não como registros exaustivos ou neutros dos acontecimentos, uma vez que sua produção envolve processos de seleção e enquadramento que condicionam os aspectos dos casos tornados visíveis nas matérias. Desse modo, a análise incide sobre as práticas informacionais tal como representadas no *corpus* jornalístico, não sobre a totalidade das práticas ou dos acontecimentos aos quais as notícias se referem.

A constituição do *corpus* foi realizada em etapas sucessivas de recuperação, seleção e análise das notícias. Na primeira etapa, utilizou-se a aba “Notícias” do *Google* como fonte de recuperação. Devido às restrições da plataforma à extração automatizada, a recuperação e o registro foram realizados manualmente. Ao todo, foram recuperadas 34 notícias, publicadas entre 2022 e 2026, em língua portuguesa, por veículos brasileiros. Para a recuperação, foram

utilizados descritores voltados a situações de monitoramento e controle digital em relações afetivas. No campo “Todas estas palavras”, foram inseridas as seguintes expressões: “mulher monitorada por marido”, “esposa monitorada por cônjuge”, “mulher obrigada a compartilhar localização com companheiro”, “homem monitora mulher através de dispositivos” e “cônjuge controla esposa através de dispositivos eletrônicos”.

O campo “site ou domínio” não foi preenchido, para evitar restrição prévia a determinados portais e ampliar a recuperação de matérias relevantes, incluindo G1, UOL, R7 e CNN Brasil. O recorte temporal compreendeu notícias publicadas entre 2022 e 2026, privilegiando ocorrências recentes.

Na segunda etapa, procedeu-se à seleção das notícias recuperadas mediante critérios explícitos de inclusão e exclusão. Foram incluídas notícias que: a) estivessem compreendidas no período e no recorte linguístico estabelecidos; b) apresentassem texto integral acessível e fonte jornalística identificável; c) descrevessem uma ocorrência concreta envolvendo uma relação afetiva atual ou anterior; d) indicassem a utilização de dispositivo, aplicativo, conta, registro ou recurso digital para monitoramento ou controle; e) fornecessem elementos suficientes para relacionar a prática informacional a coerção, ameaça, perseguição, restrição de autonomia ou outra forma de violência contra a mulher. Foram excluídos: a) registros duplicados, republicações ou reproduções integrais da mesma matéria; b) reportagens gerais que não descrevessem um caso concreto; c) ocorrências fora do recorte relacional definido, isto é, que não envolvessem relações afetivas atuais ou anteriores entre homens e mulheres; d) matérias nas quais a tecnologia aparecesse de maneira incidental, sem relação com o monitoramento ou o controle; e) textos sem informações suficientes para a caracterização da prática estudada, especialmente quanto às tecnologias e às práticas informacionais envolvidas. A aplicação desses critérios resultou na identificação de 10 casos, que constituíram as unidades de análise da pesquisa. As notícias jornalísticas constituíram as unidades documentais utilizadas para a identificação e caracterização desses casos, podendo uma mesma ocorrência ser documentada por mais de uma fonte jornalística.

Na terceira etapa, procedeu-se à análise dos 10 casos selecionados a partir das notícias que os documentavam, por meio da Análise de Conteúdo, com base em Bardin (1977), empregada como procedimento sistemático de descrição, categorização e interpretação do conteúdo documental. A análise não se orientou pela frequência de palavras ou expressões,

mas pela identificação de unidades de conteúdo relacionadas ao problema de pesquisa e às dimensões definidas para a análise.

A leitura integral das notícias correspondentes aos 10 casos permitiu identificar e registrar unidades de conteúdo referentes: a) aos dispositivos e recursos tecnológicos envolvidos; b) aos registros e informações produzidos, acessados ou compartilhados; c) às práticas informacionais descritas; e d) às funções assumidas por essas práticas nos contextos analisados, especialmente aquelas relacionadas ao monitoramento e ao controle, bem como outras ações informacionais descritas nas notícias. As unidades identificadas foram registradas em planilha segundo essas dimensões. As práticas informacionais foram, então, agrupadas por similaridade entre as ações descritas nas notícias, permitindo identificar recorrências e diferenças entre os casos. Uma mesma ocorrência pôde apresentar mais de uma prática informacional. Em seguida, foram examinadas as relações entre produção, registro, apropriação e uso da informação e as diferentes práticas identificadas no *corpus*, com ênfase naquelas relacionadas ao monitoramento e ao controle. A interpretação foi realizada à luz do referencial teórico sobre práticas informacionais, regime de informação e mediação tecnológica.

Por fim, os resultados foram organizados em três níveis complementares de análise: descritivo, voltado à caracterização dos casos, dispositivos, registros e práticas identificados; analítico-crítico, destinado à comparação dos padrões observados e à sua discussão em relação à literatura; e interpretativo, no qual os resultados foram articulados aos conceitos mobilizados no referencial teórico.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos 10 casos selecionados permitiu examinar como informações produzidas em ambientes digitais são apropriadas em PMC em contextos de violência contra a mulher. Os resultados são apresentados em três níveis de análise complementares: o primeiro corresponde à caracterização descritiva dos casos; o segundo desenvolve uma análise crítica desses achados, articulando-os ao referencial teórico adotado; e o terceiro apresenta uma síntese interpretativa, discutindo as contribuições dos resultados para a compreensão das práticas informacionais de monitoramento e controle no âmbito da CI.

4.1 CAMADA DESCRITIVA DOS CASOS SELECIONADOS

Os 10 casos selecionados distribuem-se por São Paulo, Paraíba, Paraná, Mato Grosso do Sul, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. A amostra contempla ocorrências nas regiões Sudeste, Sul, Nordeste e Centro-Oeste, sem concentração regional evidente, embora não permita generalizações para o conjunto do país. Não foram identificados casos da Região Norte, o que constitui limitação do recorte analisado. Essa distribuição refere-se exclusivamente aos casos identificados e selecionados a partir das notícias que compuseram o *corpus* documental.

No que se refere às tecnologias identificadas, observa-se predominância do uso de tecnologias capazes de produzir registros audiovisuais das atividades cotidianas das vítimas. Dos 10 casos analisados, sete envolvem algum tipo de câmera, seja instalada na residência, associada a sistemas de segurança, acoplada a computador/webcam ou escondida em ambiente íntimo. Além da predominância das câmeras, observou-se diversidade de dispositivos empregados para obtenção de informações sobre a rotina das vítimas.

Além dos registros audiovisuais produzidos por câmeras, foram identificados outros tipos de registros e informações, como localização em tempo real, mensagens, históricos de navegação, informações de contas digitais e registros de interações em redes sociais. Sua produção, acesso ou recuperação envolveu diferentes dispositivos, aplicações e recursos tecnológicos, entre eles celulares, computadores, *webcam*, relógio inteligente, redes sociais, aplicativos de mensagem, e-mail e programas espiões. O caso Vanessa Ricarte apresenta a maior diversidade de recursos tecnológicos identificada no *corpus*, envolvendo celular, computador, relógio inteligente, *WhatsApp*, localização em tempo real e contas digitais. Já o caso investigado em João Pessoa/PB se destaca pelo uso de programa espião, *webcam*, navegador de internet e histórico de navegação, reunindo diferentes recursos tecnológicos empregados no monitoramento da vítima.

A análise das informações apropriadas nos casos permitiu identificar práticas informacionais associadas ao monitoramento e ao controle, entre as quais se destacaram monitorar a rotina por meio de registros audiovisuais, rastrear deslocamentos, monitorar interações e comunicações, acessar ou recuperar rastros e registros digitais, restringir ou controlar o acesso a informações e recursos digitais e controlar contatos e interações em redes sociais. Em dois casos, também foram identificadas ações informacionais realizadas pelas próprias vítimas para comunicar a situação vivenciada e solicitar ajuda: em José Bonifácio/SP,

por meio de um bilhete encaminhado a uma vizinha, e em Itaperuçu/PR, mediante pedido de socorro enviado por e-mail.

Em conjunto, os resultados descritivos caracterizam os casos analisados quanto à sua distribuição, aos recursos tecnológicos empregados, aos registros informacionais e às práticas informacionais identificadas, constituindo a base empírica para a análise crítica desenvolvida na seção seguinte.

4.2 CAMADA DESCRITIVO-CRÍTICA

A predominância de registros audiovisuais produzidos por câmeras nas práticas de monitoramento constitui um achado relevante da pesquisa. Os casos analisados revelam que o monitoramento da rotina por meio da produção ou do acesso a registros audiovisuais é a prática mais recorrente entre os casos analisados. Sob a perspectiva de Frohmann (2004), esses registros tornam-se informativos nas práticas sociais em que são mobilizados, uma vez que, nos casos analisados, imagens e áudios são apropriados como recursos informacionais para acompanhar atividades, ambientes e rotinas das vítimas.

Esse resultado é particularmente significativo porque desloca a análise do controle digital para além das plataformas móveis e das redes sociais, tecnologias predominantes nos estudos de Borrajo, Gámez-Guadix e Calvete (2015) e Lucero *et al.* (2014). No *corpus* analisado, câmeras de segurança, câmeras instaladas em residências, *webcam* e câmera oculta aparecem como recursos para a produção ou o acesso a registros sobre atividades e rotinas das vítimas**.** Essa dinâmica aproxima-se da noção de regime de informação proposta por González de Gómez (2012), na medida em que equipamentos, aplicações digitais, sujeitos e registros informacionais passam a compor um mesmo arranjo de produção, circulação e uso da informação.

Ao mesmo tempo, os achados aproximam-se de abordagens internacionais que compreendem a vigilância em relações íntimas para além de tecnologias ou plataformas específicas. A noção de *intimate surveillance*, proposta por Levy (2015), permite situar o monitoramento no interior das relações íntimas a partir da produção e obtenção de informações sobre comportamentos, atividades e interações dos sujeitos. De modo convergente, a discussão sobre *Digital Intimate Partner Violence* (DIPV) contempla o uso de tecnologias digitais em práticas de monitoramento, controle e outras formas de violência contra parceiros ou ex-parceiros (Hearn *et al*., 2023). No *corpus* analisado, essas práticas se

materializam por diferentes recursos tecnológicos e registros informacionais, incluindo câmeras, localização, mensagens, históricos de navegação e interações em redes sociais.

Dos sete casos que envolvem câmeras, seis apresentam câmeras de segurança, residenciais ou ocultas: José Bonifácio/SP, Itaperuçu/PR, Campo Grande/MS, Itapipoca/CE, Rio Grande do Sul e Uberaba/MG, enquanto, em João Pessoa/PB, o monitoramento envolveu acesso à *webcam* por meio de programa espião. Em Uberaba/MG, por exemplo, foi identificada uma câmera escondida no quarto da vítima, caracterizando captação clandestina de imagens em espaço íntimo. Já no caso de Campo Grande/MS, as câmeras instaladas na residência também realizavam captação de áudio, ampliando as informações produzidas sobre o ambiente e a rotina da vítima. Os casos evidenciam, assim, diferentes modalidades de produção e acesso a registros audiovisuais empregadas em PMC.

Embora o celular apareça em cinco dos dez casos, sobretudo relacionado a mensagens, redes sociais, localização, contas digitais e comunicação externa, os registros por câmeras foram mais frequentes no *corpus* analisado. Esse resultado sugere que o monitoramento identificado nos casos não se restringe às interações realizadas em plataformas digitais, alcançando também a produção de informações sobre atividades e rotinas no espaço doméstico. Em alguns casos, esse monitoramento ocorre simultaneamente a restrições de comunicação ou de mobilidade descritas nas notícias. Na perspectiva de Araújo (2017), diferentes práticas informacionais podem emergir de distintas formas de interação com a informação, assumindo funções específicas conforme o contexto social em que são produzidas e apropriadas.

Outra dimensão relevante refere-se à diversidade de registros e informações mobilizados nas práticas de controle. Além de imagens e mensagens, identificam-se localização em tempo real, histórico de navegação, informações sobre contas e interações digitais. A produção, o acesso ou a recuperação desses registros envolve recursos como celulares, computadores, relógio inteligente, redes sociais e programas espiões**.** Esses recursos ampliam as possibilidades de obtenção de informações sobre deslocamentos, comunicações e rotinas das vítimas, e alguns casos do *corpus* mostram a combinação de diferentes registros e recursos tecnológicos em uma mesma situação de monitoramento e controle.

As PMC não se limitam à produção ou ao acesso aos registros. Em várias situações, a informação é apropriada e mobilizada em ações de controle das interações e comunicações das vítimas. No caso Gisele Alves Santana, o uso de *prints* e o acesso às redes sociais envolvem

leitura de conversas, fiscalização de interações e intervenção sobre contatos da vítima. No caso Kaylanne Thaís Braz Xavier, a leitura de mensagens privadas é descrita na notícia em associação ao ciúme que antecedeu a agressão. Dessa forma, os registros digitais não apenas são produzidos ou acessados, mas passam a integrar práticas de fiscalização e controle das interações das vítimas. Conforme argumenta Frohmann (2004), a informação produz efeitos nas práticas em que é apropriada e, nos casos analisados, registros originalmente vinculados à comunicação cotidiana são mobilizados em PMC, evidenciando a dimensão informacional presente nas situações de violência descritas no *corpus*.

4.3 CAMADA INTERPRETATIVA

A análise interpretativa dos casos indica que as práticas informacionais identificadas no *corpus* foram observadas exclusivamente em contextos de violência contra a mulher, envolvendo situações de cárcere privado, perseguição, ameaça, violência psicológica, violência física e feminicídio. Em razão das características do *corpus* e dos critérios de seleção adotados, o estudo não permite discutir práticas de monitoramento eventualmente estabelecidas de forma consensual nas relações afetivas. As interpretações aqui apresentadas restringem-se, portanto, às situações de violência documentadas nas notícias analisadas.

Os resultados dialogam, nesse sentido, com a noção de *intimate surveillance* de Levy (2015), ao evidenciarem que tecnologias presentes no cotidiano das relações íntimas podem possibilitar a produção e a obtenção de informações sobre atividades, deslocamentos e interações dos sujeitos. Nos casos analisados, informações sobre deslocamentos, contatos, mensagens, imagens e atividades no espaço doméstico são mobilizadas em práticas de acompanhamento, fiscalização e controle das vítimas. Essa dinâmica aproxima-se da noção de regime de informação proposta por González de Gómez (2012), ao evidenciar a articulação entre sujeitos, tecnologias, recursos e práticas nos processos de produção, circulação, apropriação e uso da informação.

Os casos analisados também indicam que as práticas informacionais associadas ao monitoramento e ao controle aparecem articuladas, nas situações descritas pelas notícias, a outras formas de violência. Em alguns episódios, o monitoramento antecede a agressão; em outros, acompanha o cárcere privado, a perseguição ou a ameaça; em outros, aparece como elemento de controle pós-separação. Sob a perspectiva de Araújo (2017), essas práticas revelam

que a produção, a apropriação e o uso da informação assumem funções específicas nas relações entre os sujeitos, conforme os contextos nos quais se realizam.

Essa dimensão contextual também se evidencia nas ações informacionais realizadas pelas próprias vítimas identificadas em dois casos do *corpus*. O bilhete encaminhado a uma vizinha e o pedido de socorro enviado por e-mail mostram que, nas mesmas situações em que informações e registros são apropriados em PMC, a produção e a comunicação de informação também podem ser mobilizadas para solicitar ajuda. A distinção não decorre, portanto, do suporte ou do registro informacional em si, mas da prática na qual a informação é produzida, comunicada ou apropriada. Esse resultado reforça a compreensão, a partir de Frohmann (2004), Araújo (2017) e Berti (2018), de que a informação assume funções específicas conforme as práticas e os contextos nos quais é produzida, comunicada e apropriada.

Os resultados sugerem que dispositivos tecnológicos ordinários podem participar de práticas de vigilância e controle quando os registros e informações que produzem, armazenam ou permitem acessar são apropriados para essas finalidades. O problema observado, portanto, não reside nos dispositivos em si, mas nas formas pelas quais informações produzidas em ambientes digitais são apropriadas e mobilizadas em PMC em contextos de violência contra a mulher.

No âmbito da CI, os resultados permitem compreender as situações de violência contra a mulher mediadas por tecnologias analisadas neste estudo também em sua dimensão informacional, uma vez que envolvem processos de produção, registro, circulação, acesso, apropriação e uso da informação. Essa perspectiva desloca o foco analítico dos dispositivos tecnológicos em si para os processos informacionais nos quais esses dispositivos e registros são mobilizados, evidenciando que o significado e a função assumidos pela informação dependem das práticas e dos contextos nos quais ela é produzida, comunicada e apropriada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou investigar como informações produzidas em ambientes digitais são apropriadas em PMC em contextos de violência contra a mulher. Os resultados indicam que, nos casos analisados, essas práticas envolvem processos de produção, registro, acesso, recuperação, apropriação e uso de informações produzidas no cotidiano**.** Assim, informações sobre deslocamentos, mensagens, imagens, interações, históricos de navegação e atividades no espaço doméstico passam a integrar PMC das vítimas.

A análise também evidenciou que a função assumida pela informação depende das práticas e dos contextos nos quais ela é mobilizada. Embora predominem no *corpus* práticas informacionais associadas ao monitoramento e ao controle, em dois casos foram identificadas ações informacionais realizadas pelas próprias vítimas para comunicar a situação vivenciada e solicitar ajuda, por meio de bilhete e e-mail. Esse achado reforça que não é o suporte, o dispositivo ou o registro em si que determina sua função, mas as formas pelas quais a informação é produzida, comunicada e apropriada nas práticas sociais.

A análise do *corpus* permitiu verificar que o monitoramento e o controle identificados nos casos não se restringem às plataformas tradicionalmente associadas à violência digital, como aplicativos de mensagens e redes sociais. Os casos analisados evidenciaram a recorrência de registros audiovisuais produzidos ou acessados por meio de câmeras, inclusive no espaço doméstico, ampliando a compreensão das formas pelas quais informações cotidianas podem ser mobilizadas em contextos de violência. Dessa forma, o estudo contribui para deslocar o foco analítico dos dispositivos tecnológicos em si para os processos informacionais por meio dos quais registros e informações são produzidos, acessados, apropriados e utilizados.

Do ponto de vista teórico, a articulação entre as contribuições de Frohmann (2004), Araújo (2017), Berti (2018) e González de Gómez (2012) permitiu interpretar os resultados considerando a informação em relação às práticas nas quais é mobilizada, as práticas informacionais como formas de interação dos sujeitos com a informação e a articulação entre sujeitos, tecnologias, recursos e processos informacionais no âmbito dos regimes de informação. Essa perspectiva mostrou-se pertinente para compreender como diferentes registros produzidos em ambientes digitais passam a integrar PMC em relações marcadas por violência, bem como para reconhecer outras funções assumidas pela informação nas situações analisadas.

Conforme discutido por Flach e Deslandes (2019), a literatura tem problematizado a fronteira entre cuidado e controle nas relações afetivas. Os casos que constituíram as unidades de análise referem-se exclusivamente a situações de violência documentadas nas notícias selecionadas, não permitindo examinar empiricamente situações em que o compartilhamento de informações ou determinadas formas de monitoramento ocorram consensualmente nas relações afetivas. Nos casos examinados, diferentes tecnologias possibilitam a produção, o

acesso e a recuperação de registros sobre atividades, deslocamentos, comunicações e interações das vítimas, que podem ser mobilizados em PMC**.**

Como limitação, destaca-se que o *corpus* foi composto exclusivamente por notícias jornalísticas envolvendo situações de violência, como perseguição, cárcere privado, violência física, violência psicológica, feminicídio e investigações policiais. Além disso, por se tratar de um *corpus* jornalístico recuperado por meio do Google Notícias, os resultados estão condicionados à disponibilidade, à seleção e ao enquadramento das matérias, bem como à dinâmica algorítmica da plataforma e à possível variação dos resultados recuperados**.** Assim, os resultados não permitem generalizações para o conjunto das situações de violência contra a mulher mediadas por tecnologias nem para outras formas de monitoramento eventualmente estabelecidas de maneira consensual em relações afetivas, restringindo-se aos contextos de violência tal como representados nas fontes jornalísticas selecionadas.

Conclui-se que a apropriação de informações produzidas no cotidiano digital constitui uma dimensão relevante das PMC observadas nos casos analisados. Nesse sentido, o estudo amplia o diálogo entre a CI e os estudos sobre violência contra a mulher mediada por tecnologias, ao evidenciar que processos de produção, registro, acesso, circulação, apropriação e uso da informação participam das PMC identificadas no *corpus*. A contribuição informacional do estudo reside, assim, em evidenciar que a compreensão dessas situações requer considerar não apenas os dispositivos tecnológicos empregados, mas também os registros produzidos e as práticas por meio das quais a informação é mobilizada.

Como perspectiva para pesquisas futuras, recomenda-se ampliar a investigação para outras fontes documentais e contextos empíricos, bem como examinar diferentes atores, práticas e formas de produção, circulação e apropriação da informação, aprofundando a compreensão das interfaces entre práticas informacionais, tecnologias digitais e violência contra a mulher. Institucionalmente, as pessoas autoras agradecem o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, pelo fomento à pesquisa, processo 307765/2023-7.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O que são “práticas informacionais”? **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 2, n. esp., p. 217-236, 2017. DOI: https://doi.org/10.36517/ip.v2iespecial.20655. Acesso em: 24. Out. 2026.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

BERTI, Ilemar Christina Lansoni Wey. **Práticas e regime de informação**: os acontecimentos "Carta de Temer a Dilma" e "Marcela Temer: bela recatada e do 'lar'". 2018. 209 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

BORRAJO, Erika; GÁMEZ-GUADIX, Manuel; CALVETE, Esther. Cyber dating abuse: prevalence, context, and relationship with off-line dating aggression. **Psychological Reports**: Relationships & Communications, Missoula, v. 116, n. 2, p. 565-585, 2015. DOI: https://doi.org/10.2466/21.16.PR0.116k22w4. Acesso em: 24. Out. 2026

CAVALCANTI, Jaqueline Gomes; COUTINHO, Maria da Penha de Lima. Abuso digital en las relaciones amorosas: una revisión sobre prevalencia, instrumentos de evaluación y factores de riesgo. **Avances en Psicología Latinoamericana**, Bogotá, v. 37, n. 2, p. 235-254, 2019. DOI: https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.6888. Acesso em: 24. Out. 2026.

FERREIRA, Vinícius Afonso Raimundo. **Uso de tecnologias da informação e comunicação para promover socialização**: revisando o conceito de terceiros espaços. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência da Computação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/handle/20.500.14289/7645. Acesso em: 1 set. 2026.

FLACH, Roberta Matassoli Duran; DESLANDES, Suely Ferreira. Abuso digital ou prova de amor? O uso de aplicativos de controle/monitoramento nos relacionamentos afetivo-sexuais. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, e00060118, 2019. DOI: https://doi.org/10.1590/0102-311X00060118. Acesso em 24. Out. 2026.

FROHMANN, Bernd. Documentation redux: prolegomenon to (another) philosophy of information. **Library Trends**, Baltimore, v. 52, n. 3, p. 387-407, 2004. Disponível em: https://hdl.handle.net/2142/1683. Acesso em: 24. Out. 2026

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0100-19652002000100004. Acesso em: 24. Out. 2026.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 43-60, set./dez. 2012. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/14376. Acesso em: 24 out. 2026.

HEARN, Jeff *et al*. The spread of digital intimate partner violence: ethical challenges for business, workplaces, employers and management. **Journal of Business Ethics**, Dordrecht, v. 187, p. 695-711, 2023. DOI: https://link.springer.com/article/10.1007/s10551-023-05463-4. Acesso em 24. Out. 2026

LEVY, Karen E. C. Intimate surveillance. **Idaho Law Review**, Moscow, v. 51, n. 3, p. 679-693, 2015. Disponível em: https://digitalcommons.law.uidaho.edu/idaho-law-review/vol51/iss3/5. Acesso em: 1 set. 2026.

LIPOVETSKY, Gilles. **A terceira mulher**: permanência e revolução do feminino. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LUCERO, Jessica L. *et al*. Exploring gender differences: socially interactive technology use/abuse among dating teens. **Affilia**: Journal of Women and Social Work, Thousand Oaks, v. 29, n. 4, p. 478-491, 2014. DOI: https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0886109914522627. Acesso em 24. Out. 26

MARTINS, Ana Amélia Lage. Mediação, comunicação e informação: a centralidade do sujeito e a produção da racionalidade neoliberal. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 27, n. 4, p. 272-295, out./dez. 2021. DOI: https://doi.org/10.19132/1808-5245274.272-295. Acesso em: 24. Out. 2026

NUNES, Jefferson Veras. **Vivência em rede**: uma etnografia das práticas sociais de informação dos usuários de redes sociais na internet. 2014. 307 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014.

OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Acesso à informação e controle social como prática informacional: convergências conceituais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 30, e-137460, 2024. DOI: https://doi.org/10.1590/1808-5245.30.137460. Acesso em 24. Out. 2026.